

Central
Fotovoltaica
Juazeiro Solar VIII
SPE Ltda.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Administradores

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Juazeiro – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	57	39	Fornecedores	11	2.939	3.349
Contas a receber	8	7.824	399	Obrigações fiscais		54	112
Impostos a recuperar		9	-	Imposto de renda e contribuição social	17	50	9
Imposto de renda e contribuição social		1	1	Outras contas a pagar	11	32	47
Adiantamento a fornecedores		1	149				
Despesas antecipadas	9	158	-	Total do passivo circulante		3.075	3.517
Total do ativo circulante		8.050	588	Provisão para desmobilização	12	9.898	9.207
Imobilizado	10	72.121	73.170	Total do passivo não circulante		9.898	9.207
Total do ativo não circulante		72.121	73.170	Patrimônio líquido	13		
				Capital social		69.448	64.816
				Prejuízos acumulados		(2.250)	(3.782)
				Total do patrimônio líquido		67.198	61.034
Total do ativo		80.171	73.758	Total do passivo e patrimônio líquido		80.171	73.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	14	7.173	385
Custos de operação	15	<u>(5.316)</u>	<u>(738)</u>
Lucro bruto		<u>1.857</u>	<u>(353)</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(306)	(111)
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>1</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.552</u>	<u>(464)</u>
Receitas financeiras	16	308	197
Despesas financeiras	16	<u>(120)</u>	<u>(3.204)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>188</u>	<u>(3.007)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>1.740</u>	<u>(3.471)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	<u>(208)</u>	<u>(9)</u>
Lucro líquido /(Prejuízo) do exercício		<u>1.532</u>	<u>(3.480)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido /(Prejuízo) do exercício	1.532	(3.480)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>1.532</u>	<u>(3.480)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

		<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2021	Nota	6.549	(302)	6.247
Integralização de capital	13.a	58.267	-	58.267
Prejuízo do exercício		-	(3.480)	(3.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		64.816	(3.782)	61.034
Subscrição e integralização de capital	13.a	2.023	-	2.023
Aumento de capital a subscrever	13.a	2.609	-	2.609
Lucro líquido do exercício		-	1.532	1.532
Saldos em 31 de dezembro de 2022		69.448	(2.250)	67.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.**Demonstração dos fluxos de caixa**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.740</u>	<u>(3.471)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	10	2.300	221
Atualização monetária da provisão para desmobilização	12	<u>691</u>	<u>143</u>
		<u>4.731</u>	<u>(3.107)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(7.425)	(399)
Imposto de renda e contribuição social		(9)	-
Adiantamento a fornecedores		148	(149)
Despesas antecipadas		(158)	-
Outras contas a receber		-	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(410)	3.552
Obrigações fiscais		(58)	90
Outras contas a pagar		<u>(15)</u>	<u>21</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>(3.196)</u>	<u>9</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(167)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(3.363)</u>	<u>9</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	10	(1.251)	-
Aumento de capital social	13	<u>4.632</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>3.381</u>	<u>-</u>
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>18</u>	<u>9</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	39	30
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>57</u>	<u>39</u>
		<u>18</u>	<u>9</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda. (“Empresa”) é uma “SPE”, constituída na forma de sociedade propósito específico de capital limitado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Empresa é Fazenda Dourado II, S/N, Parte A, com entrada a direita da altura do KM 6,7 da BR 407, sentido Juazeiro/Carnaíba do Sertão – Zona Rural. Sua controladora direta é a Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.

A Empresa foi constituída em 3 de setembro de 2019, e tem como objetivo social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica solar por fonte fotovoltaica UFV Juazeiro V, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o UFV.RS.BA.044754-4.01.

A Empresa recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 15,20 MWh por 35 anos, que compreende ao período de 17 de dezembro de 2019 a 17 de dezembro de 2054.

Em dezembro de 2021 a Empresa encerrou a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento dedicado ao contrato firmado bilateralmente com sua Controladora no ambiente de contratação livre (ACL) com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2035, com geração de 4 MWm.

O preço por MW em 31 de dezembro de 2022 é de USD 36,00 (USD 36 em 31 de dezembro de 2021), convertidos pela taxa de câmbio do período do reconhecimento da receita.

A Empresa optou por não solicitar o cálculo da Garantia Física de sua planta geradora.

Ao final do prazo de autorização a Empresa poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 10:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Análise de redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) – nota explicativa nº 10:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2022;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº12:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 19:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos

exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Empresa definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirá em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Empresa, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado)
- ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Empresa encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

i. *Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no

mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Empresa não espera impactos significativos.

A Empresa não adota essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A empresa monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 e IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos à vista	<u>57</u>	<u>39</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>57</u>	<u>39</u>

Inclui depósitos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

8 Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber de clientes – ACL – (a)	7.818	12
Contas a receber de clientes – ACL – (b)	<u>6</u>	<u>387</u>
Total	<u>7.824</u>	<u>399</u>

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 18; e
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação em teste da planta no momento da energização inicial da mesma. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de provisão expectativa de crédito de liquidação duvidosa, dada que sua receita advém quase que exclusivamente para com sua controladora Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Despesas antecipadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Seguros antecipados	<u>158</u>	<u>-</u>
Total	<u>158</u>	<u>-</u>

Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias nos parques fotovoltaicos instalados.

10 Imobilizado

Custo de aquisição:	<u>01/01/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2022</u>
Imobilizado em andamento (a)	9.924	54.403	(64.327)	-	1.251	1.251
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	-	-	64.327	64.327	-	64.327
Desmobilização de ativos (b)	-	9.064	-	9.064	-	9.064
Total do imobilizado	9.924	63.467	-	73.391	1.251	74.642
Depreciação acumulada:	<u>01/01/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2022</u>
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	(1.668)	(1.668)
Desmobilização de ativos (b)	-	(221)	-	(221)	(632)	(853)
Total da depreciação acumulada	-	(221)	-	(221)	(2.300)	(2.521)
Total do imobilizado	9.924	63.246	-	73.170	(1.049)	72.121

- a) As aquisições de serviços e materiais oriundos da construção da Usina Fotovoltaica estão sendo pagas pela Controladora Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. e são aportadas como capital social na Empresa, conforme notas explicativas nº 13 e 18.
- b) Conforme nota explicativa nº 12.

Em dezembro de 2021 a Empresa concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2022 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

A Empresa avaliou que em 31 de dezembro de 2022 não existem evidências internas ou externas que requeressem que a Administração realizasse o teste relativo a perda do valor recuperável de seu imobilizado.

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contratação de serviços e materiais (a)	28	3.300
Fornecedor partes relacionadas (b)	<u>2.911</u>	<u>49</u>
Total de fornecedores	<u>2.939</u>	<u>3.349</u>
Outras provisões	<u>32</u>	<u>47</u>
Total de outras contas a pagar	32	47
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u>2.971</u>	<u>3.396</u>

- (a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, basicamente, às aquisições de materiais e serviços necessários para o processo de construção da Usina Fotovoltaica.
- (b) Conforme nota explicativa nº 18.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 19.

12 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Empresa tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2022, a Empresa realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$9.064. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%.

O valor correspondente a desmobilização está registrado no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 8.211 (R\$ 8.843 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 10.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	<u>9.207</u>	<u>-</u>
Reconhecimento inicial	-	9.064
Atualização monetária	691	143
Saldo final	<u>9.898</u>	<u>9.207</u>

13 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 66.839 (R\$ 64.816 em 31 de dezembro de 2021), representado por 66.839 quotas, nominativas e sem valor nominal. O capital integralizado pela sócia Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda detentora de 100% das quotas, corresponde à R\$ 69.448 (R\$ 64.816 em 31 de dezembro de 2021).

A Empresa possuía em 31 de dezembro de 2022 capital social a subscrever no montante de R\$ 2.609.

Ao longo de 2022 a controladora da Empresa Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda integralizou o montante de R\$ 4.632, sendo R\$ 2.023 subscritas e integralizadas e R\$ 2.609 a subscrever. (R\$58.267 subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2021). A integralização ocorreu mediante pagamento em caixa de contas a pagar da Empresa pela controladora durante o exercício.

14 Receita operacional

A Empresa gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita contrato de energia (ACL) (a)	7.420	387
Receita de teste (a)	24	12
Impostos sobre venda	(271)	(14)
Total da receita operacional líquida	<u>7.173</u>	<u>385</u>

- (a) Das receitas da Empresa R\$ 7.431 contemplam receitas com partes relacionadas conforme detalhado na nota explicativa nº 18. Durante o exercício de 2022 a Empresa gerou 36.708 Mw (3.404 em 2021).

15 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custos de operação		
Depreciação do custo de desmobilização	(2.300)	(221)
Atualização monetária da desmobilização	(691)	(143)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(1.084)	(179)
Compromissos ambientais e sociais	(265)	(48)
Custo de locação de terras	(87)	-
Seguros	(181)	(57)
Serviços técnicos	(55)	-
Operação e Manutenção	(484)	(65)
Custos compartilhados - partes relacionadas (a)	(169)	(25)
Total	<u>(5.316)</u>	<u>(738)</u>

Despesas gerais e administrativas

Contabilidade e auditoria	(95)	(105)
Assessoria e advogados	(147)	-
Serviços tomados	(32)	(3)
Impostos e taxas	(6)	(3)
Despesas com viagem	(26)	-
Total	(306)	(111)

- a) Ao longo de 2022 e 2021 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 18.
- b) Refere-se a custos junto às Transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.

Em dezembro de 2021 a Empresa encerrou a construção da Usina Fotovoltaica e por tanto cessou o reconhecimento dos custos e despesas como custo do ativo imobilizado, e passou a reconhecer os custos da operação e demais despesas como parte de seu resultado.

16 Resultado financeiro líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita financeira		
Varição cambial ativa	308	197
	308	197
Despesa financeira		
Varição cambial passiva	(120)	(3.204)
	(120)	(3.204)
Resultado financeiro, líquido	188	(3.007)

17 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 50 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2021). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta	7.444	399
Presunção do imposto de renda – 8% (a)	596	32
Presunção da contribuição social – 12% (b)	893	48
Demais receitas	9	-
	605	32
Base de cálculo do IRPJ (a)	605	32
Imposto de renda a alíquota de 15%	(91)	(5)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(36)	-
Total IRPJ	(127)	(5)
Base de cálculo da CSLL (b)	902	48

Contribuição social a alíquota de 9%	(81)	(4)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(208)	(9)
Alíquota efetiva	34,38%	28,13%

18 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta da Empresa é a Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e o controlador final é o Global Infrastructure Management LLC.

b. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foi realizada pela Atlas Brasil Energia Holding 3 e 2021 pela Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A

c. Operações com partes relacionadas

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>(i) Operações intercompany – Nacional</u>						
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	7.818	-	2.889	-	7.431	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	-	13	-	(13)
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	12	(169)	(12)
Total	7.818	-	2.889	25	7.262	(25)

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>(ii) Operações intercompany – Internacional</u>						
Atlas Holding Chile Dos SpA	-	-	22	24	-	-
Total	-	-	22	24	-	-
Operação Intercompany (i+ii)	7.818	-	2.911	49	7.262	(25)

- (i) Referem-se a contrato de Gerenciamento, Administração e demais serviços compartilhados durante o período de construção da usina fotovoltaica.

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2022 - Valor contábil		2021 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	57	-	39
Contas a receber	8	-	7.824	-	399
Total		-	7.881	-	438
Passivos					
Fornecedores	11	-	2.939	-	3.349
Outras contas a pagar	11	-	32	-	47
Total		-	2.971	-	3.396

	Nível hierárquico do valor justo	2022 - Valor contábil e valor justo		2021 - Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	57	57	39	39
Contas a receber	Nível 2	7.824	7.824	399	399
Total		7.881	7.881	438	438
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	2.939	2.939	3.349	3.349
Outras contas a pagar	Nível 2	32	32	47	47
Total		2.971	2.971	3.396	3.396

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	57	39
Contas a receber	7.824	399
Total	7.881	438

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

31 de dezembro de 2022

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	2.971	2.971	2.971	-	-	-
Total	2.791	2.971	2.971	-	-	-

31 de dezembro de 2021

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	3.396	3.396	3.396	-	-	-
Total	3.396	3.396	3.396	-	-	-

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui ativos e passivos financeiros que possam ter riscos atribuídos a juros.

20 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

21 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 7.

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão para desmobilização	12	-	9.064
Desmobilização de ativos	10	-	(9.064)
Fornecedores partes relacionadas	11	4.632	(1.852)
Fornecedores	11	(4.632)	(2.012)
Aquisição ao ativo imobilizado	10	-	(54.403)
Integralização de capital	13	-	58.267
Efeito líquido no fluxo de caixa		<u>-</u>	<u>-</u>

22 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027 a 2037</u>	<u>Total</u>
TUST/TUSD (a)	(3.049)	(3.207)	(3.324)	(3.425)	(45.512)	(58.517)
Contratos de (O&M) (b)	(579)	(523)	(542)	(558)	(7.281)	(9.483)
Seguros e garantias (c)	(179)	(187)	(194)	(180)	(2.181)	(2.921)
Arrendamento (d)	(255)	(233)	(242)	(238)	(3.175)	(4.143)
Outros (e)	(632)	(746)	(1.039)	(1.064)	(12.570)	(16.051)
Total	<u>(4.694)</u>	<u>(4.896)</u>	<u>(5.341)</u>	<u>(5.465)</u>	<u>(70.719)</u>	<u>(91.115)</u>

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas

vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

23 Eventos subsequentes

- a) Mediante ata de assembleia do dia 10 de fevereiro de 2023, por meio de sua controladora direta Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda, a Empresa reconheceu aumento de capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 2.609.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *